

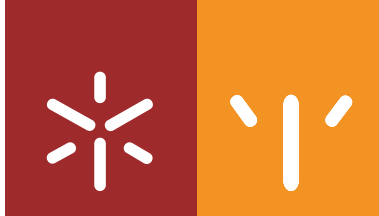


**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Daniela Filipa Pinheiro Valente

**Problemas das Prisões Portuguesas:  
Perceção dos Reclusos e Guardas Prisionais**

outubro de 2017



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Daniela Filipa Pinheiro Valente

## **Problemas das Prisões Portuguesas: Perceção dos Reclusos e Guardas Prisionais**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves**

outubro de 2017

Nome: Daniela Filipa Pinheiro Valente

Endereço electrónico: pg30706@alunos.uminho.pt

Número do Bilhete de Identidade: 14244481

Título dissertação: Problemas das Prisões Portuguesas: Perceção dos Reclusos e Guardas Prisionais

Orientador: Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Esta dissertação marca não um fim, mas o início da concretização do sonho de me tornar mestre em Psicologia e da concretização de muitos outros que se assemelham agora mais próximos e alcançáveis. Todo o percurso até esta concretização não seria possível sem algumas pessoas que tive a sorte de cruzarem o meu caminho.

Começo, então, por agradecer ao professor Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves, pela orientação, disponibilidade, críticas, sugestões e partilha da sua vasta experiência. Pela sua admiradora constante atitude positiva e motivadora, ao longo de todas as fases anexas à elaboração desta dissertação.

À Universidade de Aveiro, à Universidade do Minho e à Escola de Psicologia desta mesma academia, pela formação e constante primazia da aprendizagem, enriquecimento pessoal e produção de conhecimento, por meios que prezam o rigor e a excelência a que concorre a investigação científica.

Obrigada aos colegas e muitos, mais do que isso, amigos, por todo o apoio, companheirismo e pela constante partilha de experiências e conhecimento. Foi uma honra crescermos lado a lado na nossa formação.

Obrigada à família, amigos íntimos e companheiro que se fizeram presentes das mais diversas formas, durante o meu percurso e, que sempre me acompanharam, motivaram e apoiaram incansavelmente em todas as adversidades, sucessos e feitiços (nem sempre fáceis de lidar).

Um especial agradecimento a todos os colaboradores diretos e indiretos deste estudo. À Direção Geral dos Serviços Prisionais por permitir que se continue a desenvolver investigação e científica nas nossas prisões, mostrando o seu afínco e sincero envolvimento e investimento na melhoria destas instituições e suas dinâmicas. À direção dos estabelecimentos prisionais que receberam prontamente, facilitaram a integração no meio para recolha e pela compreensão e atenção incessáveis. Ao corpo de guardas e respetivos superiores que para além da sua participação imprimiram o seu auxílio na gestão da recolha de dados, quer entre os mesmos, como no meio prisional, junto dos reclusos. Por fim, mas não por serem menos importantes, a todos os reclusos, que independentemente da sua condição, participaram voluntariamente e envoltivamente nesta investigação, sempre crentes de fazerem parte de algo positivo e importante, que também nós assim o consideramos.

A todos muito obrigada por participarem e acreditarem nesta investigação, pela colaboração e envolvimento, tendo assim facilitado a concretização dos objetivos traçados.

## **Resumo**

A presente investigação foi realizada junto de 132 guardas prisionais e 133 reclusos, de sexo feminino e masculino, alocados em 3 estabelecimentos prisionais da zona norte e centro do país. Numa procura de compreender e estudar as perceções acerca das prisões nestes dois grupos de sujeitos, foi construída uma Escala de Perceções Sobre a Prisão (EPSP). Tratando-se de um estudo essencialmente exploratório traçou-se o objetivo primordial de fazer a caracterização das perceções sobre a prisão, dos sujeitos que constituíram a nossa amostra. O nosso segundo objetivo foi compreender se as perceções associam-se e variam conforme variáveis como o género, idade, nacionalidade, estado civil, habilitações literárias, tipo de estabelecimento a que o sujeito está alocado, tempo passado em ambiente prisional, número de prisões pelas quais já passou, situação jurídica e tempo de pena que falta cumprir.

Tendo a nossa escala revelado uma boa consistência interna (Alpha de Cronbach = .90) e uma organização unidimensional, verificamos que existem diferenças significativas entre as perceções dos guardas prisionais e os reclusos sobre as prisões. Surgiram, de forma significativa, associadas às perceções variáveis como o género, a idade, o tipo de estabelecimento, tempo passado nas prisões e o número de prisões por que já passou.

**Palavras-chave:** Prisão, Perceção, Reclusos, Guardas Prisionais

## **Abstract**

The current research was realized with 132 prison officers and 133 prisoners, of both sexes, from 3 prisons of the north and center of Portugal. In an attempt to understand and study the perceptions about prisons in these two groups of individuals it was built a Perception About Prison Scale (EPSP). Being a primarily exploratory study, the main goal was to characterize the perceptions about prison that the subjects in our sample had. Our second goal was to understand if the perceptions were connected and vary with variables like gender, age, nationality, marital status, educational qualifications, type of prison where the subject is allocated, time spent in a prison environment, number of prisons where it has been, legal situation, and remaining penalty time.

Our scale revealed a good internal consistence (Cronbach Alpha =.90) and a one-dimensional organization, allowing us to verify that there are relevant differences between the prison officers' perceptions and those of the prisoners. There was, also, variables significantly connected with those perceptions like gender, age, type of prison, time spent in prison, and number of prisons where the subject has been.

***Keywords:*** Prison, Perception, Inmates, Prison Guards

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Parte I – Revisão da Literatura.....	8
O Nascimento das leis, penas e prisão .....	8
O Sistema Penal e Penitenciário em Portugal .....	10
Vivências dentro dos Estabelecimentos Prisionais .....	12
Os reclusos .....	12
Os guardas prisionais.....	14
Como se Percecionam as Prisões.....	14
Objetivos .....	17
Parte II- Investigação Empírica.....	17
Metodologia.....	17
Participantes .....	17
Instrumento .....	19
Escala de Percepções Sobre a Prisão (EPSP) .....	19
Procedimento .....	20
Análise e Discussão dos Resultados .....	21
Análises de Associação e Testes de Diferença .....	22
Preocupações Sobre as Prisões, Acrescentadas pelos Participantes .....	26
Conclusão.....	27
Referências.....	29
Legislação.....	32
Anexos .....	33
Anexo A. Consentimento Informado (Guardas).....	33
Anexo B. Consentimento Informado (Reclusos).....	34
Anexo C. Escala de Percepções Sobre as Prisões (Guardas Prisionais) .....	35
Anexo D. Escala de Percepções Sobre as Prisões (Reclusos).....	39

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Caracterização Sociodemográfica.....	17
Tabela 2. Caracterização das Variáveis Socioprofissionais.....	18

Tabela 3. Caracterização das Variáveis Jurídico-Penais .....	18
Tabela 4. <i>Scores</i> Obtidos na Escala de Percepções Sobre as Prisões .....	21
Tabela 5. Caracterização dos <i>Scores</i> Obtidos .....	22
Tabela 6. Correlações de Pearson .....	23
Tabela 7. T-Testes e Anovas Unifatoriais (F).....	23
Tabela 8. Problemas Enumerados por Guardas e Reclusos .....	26



## **Parte I – Revisão da Literatura**

### **O Nascimento das leis, penas e prisão**

A construção de leis foi uma necessidade incontornável desde o surgimento das primeiras sociedades. Segundo Beccaria (1764/2001), estas leis podem ser interpretadas como condições que reúnem os homens, organizando-os no seu comportamento e atitudes. É na infração destas leis que se constitui o crime.

Émile Durkheim (1895/2007) define o crime como um ato que ofende o coletivo de indivíduos, que tentam-se proteger pelo direito penal desse povo. Segundo o autor, assim como é impossível não haver na sociedade sujeitos que divirjam mais ou menos do “tipo coletivo”, é impossível que entre esta divergência não desponham algumas de caráter criminoso. Desta forma o crime não se observa apenas em determinadas sociedades mas em todas as que se possam constituir. Em função dos seus interesses, a sociedade, define o que considera crime e sancionável e estabelece as penas como um meio de inibir as disposições para o cometimento de infrações (Beccaria, 1764/2001).

Foucault (1975/1999) em “Vigiar e Punir”, descreve a evolução do sistema penal e penitenciário, ao longo dos séculos na Europa, sob uma visão de “economia do poder”. O autor entende que a reforma do direito penal surgiu como uma estratégia para remanejar-se o poder de punir, tornando-o mais eficaz e reduzindo o custo económico e político. No fim do século XVIII e começo do século XIX, por um processo de “Humanização”, entrou-se numa nova era na justiça penal. Os castigos deixam de se dirigir ao corpo, através da dor e tortura, e passam a modelar-se aos indivíduos, tornando-se essencial que a pena procure corrigir, reeducar, neutralizar a periculosidade e modificar as disposições e comportamentos criminosos, durante o cumprimento da pena aplicada. A atuação sobre o delituoso, servirá não só para a sua punição e correção, mas também alveja a exemplificação perante todos os possíveis culpados (Foucault, 1975/1999, Beccaria, 1764/2001).

Agora consideram-se circunstâncias atenuante e/ou agravantes (como perturbações, estados psicológicos, enfermidades, inaptações, história de vida criminal e meio de desenvolvimento) e o prognóstico relativo ao seu futuro criminal previsto. Tudo isto evoca o conhecimento do indivíduo no seu passado, a apreciação do ato, a reflexão sobre a intervenção eficaz e o que poderá esperar-se dele no futuro. Nesta abordagem, elevou-se a necessidade de recorrer a um conjunto de peritos e técnicos, que sob um saber científico, são inseridos no sistema jurídico-penal e prisional (como guardas, médicos, psiquiatras, psicólogos e educadores), não só para auxiliar na escolha da pena mais adequada ao indivíduo, mas também para intervir sobre o mesmo ao longo do cumprimento da pena

(Foucault, 1975/1999). Assume-se, ainda, que o indivíduo, uma vez condenado e sujeito a intervenção, deve envolver-se inteiramente nesse processo.

Como podemos observar, a pena admite um futuro para o criminoso, e com esta noção de futuro, a punição dos indivíduos adquire a função importante de prevenção, nomeadamente, ao nível da reincidência. Segundo Beccaria (1764/2001), para que se previna o crime, as leis devem ser claras, acarinhadas pela sociedade, que desta forma as defenderá.

Foucault enaltece o contributo dos “pensadores” que nomeia de “reformadores” do direito penal. Um deles trata-se precisamente de Beccaria, que entende que a pena para ser eficaz deve ser igualitária, proporcional ao delito, a menor das penas aplicáveis e não deve ser retardada, para tornar-se estreita a relação entre o crime-castigo. As leis executadas “à letra”, permite ao cidadão calcular a inconveniência do crime (Beccaria, 1764/2001). Segundo Foucault, estes reformadores vieram conferir ao poder punitivo um “instrumento económico”, generalizável a todo o corpo social, e que permite codificar os comportamentos delituosos e assim reduzir as ilegalidades. A pena de prisão foi criticada, por não ter efeito sobre o público, ser inútil para a sociedade, representar custos elevadas por recluso e por ser difícil de controlar a eficácia do cumprimento da pena (pode por exemplo ocorrer que os reclusos fiquem expostos à arbitrariedade dos guardas). Apontam, portanto, a prisão como sendo incompatível com a relação pena-efeito que a princípio seria o seu objetivo. Questiona-se, ainda, se a prisão será suficientemente punitiva, já que os detentos têm muitas vezes melhores condições de alojamento, alimentação e regalias do que algumas pessoas de classe económica mais baixa.

No domínio das prisões, novamente, importa referir os contributos de Foucault e Goffman. Enquanto Foucault debruça-se sobre as relações entre a prisão e o exterior, Goffman foca-se no que ocorre dentro destas instituições e as estratégias usadas pelos reclusos para preservarem o seu “eu” (Leite, 1989). Foucault vê a prisão como forma de institucionalizar o poder de punir, com um papel administrativo, projetada para modificar os comportamentos e disposições dos internos.

Goffman (1961/2001) refere-se à prisão como uma instituição total, que organiza-se para proteger a sociedade contra os perigos representados pelos criminosos, isolando-os da restante população, numa solução imediata. As instituições totais são um espaço residencial e de trabalho, onde indivíduos em situação semelhante, separados do coletivo, vêm-se obrigados a uma vida fechada e fortemente administrada. Neste espaço são impostos horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, trabalho em comum,

respeito e bons hábitos. Estas atividades obrigatórias reúnem-se num plano racional para atender aos objetivos formais da instituição (Foucault, 1975/1999, Goffman, 1961/2001).

Por toda a Europa assiste-se, portanto, a uma alteração de mentalidades, que agora compreendem que o criminoso pode ser “recuperado”, trazendo contributos positivos para a sociedade, sendo para tal necessário que a pena tenha um nível tolerável de individualização e que reúna as condições necessárias à sua reeducação.

### **O Sistema Penal e Penitenciário em Portugal**

Em Portugal, ao longo de muitos anos de evolução legislativa, várias reformas do sistema penal e penitenciário ocorreram, numa tentativa de responder adequadamente aos interesses da população. Os tribunais quando entendem que a apreciação dos factos exige conhecimentos técnicos, científicos e/ou artísticos, requer provas periciais aos técnicos e profissionais competentes no domínio exigido (Código de Processo Penal, 2015).

A pena de prisão, por tempo determinado e com conclusão prevista (pena máxima de 25 anos), é uma das medidas aplicadas sempre que a gravidade do crime a justifica. A sua execução deve orientar-se, não só para a proteção de bens jurídicos e defesa da sociedade, mas também para a reintegração social do recluso após a libertação, preparando-o para encaminhar a sua vida de modo compatível com as normas coletivas, não reincidindo (Código de Execução de Penas, 2015). Aproveita-se, portanto, o tempo de pena para que aprenda um modo de vida alternativo correspondente às exigências de sobrevivência do sujeito na sociedade (Provedor da Justiça, 2003).

O sistema prisional reflete o modo como o estado e a sociedade demonstram o seu respeito pelos direitos fundamentais da sociedade humana (Código de Execução de Penas, 2015), ao mesmo tempo que sustenta o cumprimento do objetivo primordial da pena: a reinserção social, profissional e cívica dos encarcerados de hoje, para que amanhã estes possam prestar um contributo positivo à comunidade (Provedor de Justiça, 2003).

Os regimes de cumprimento de pena de prisão procuram moldar-se às características do recluso e às suas necessidades em cada momento do seu percurso prisional (Código de Processo Penal, 2015), que é acompanhado pelos guardas prisionais, técnicos, educadores, clínicos, auxiliares e em última instância pela direção do estabelecimento prisional. Estes atuam por forma a punir, tratar e controlar o condenado (Gonçalves, 2007). Assim, prevê-se o alcance da eficiência dos sistemas prisionais, que traduz-se na sua maior batalha, a reinserção social e prevenção da reincidência.

Conforme já Foucault refletia, a reclusão de indivíduos associa-se a custos elevados (Foucault, 1975/1999), pois para que se possa cumprir o objetivo da pena, é indispensável fazer-se investimentos adequados nas prisões, desde as infraestruturas físicas, até à saúde e ocupação dos reclusos. As condições de alojamento (salubridade e equipamentos), alimentação e o acompanhamento clínico são o indicador mais perceptível do tratamento dos reclusos (Provedor de Justiça, 2003).

A lei portuguesa prevê que os reclusos devem integrar atividades e formas de intervenção, que representem o acréscimo de intelecto e competências/aptidões e que melhorem o bem-estar do recluso, como é o caso da ocupação laboral, o ensino, a formação profissional e atividades socioculturais e desportivas (bibliotecas, programas de animação cultural, etc.) (Código de Execução de Penas, 2015).

A ocupação laboral pode caracterizar-se como uma forma de realização pessoal, quer através da sua obtenção como expressão de competências. Além de manter e/ou desenvolver no recluso capacidades e competências, permite-lhe melhorar as suas condições financeiras, permitindo a sua subsistência após a libertação (Provedor de Justiça, 2003).

Conexa à formação profissional e ao trabalho, a legislação prevê que o recluso tenha acesso ao ensino, que pela sua organização promove condições de empregabilidade e de reinserção. As escolas, com objetivos próprios e em parte semelhantes aos da escola regular, criam uma ligação com o mundo exterior. Para além de permitir aos reclusos escapar da rotina prisional, cria um espaço de confronto de valores e perspetivas sobre a vida e problemas da sociedade, facilitando a interiorização de valores que se traduzem em comportamentos e atitudes ajustados à ordem social. A escola funciona, portanto, como um meio de socialização dos indivíduos (Leite, 1989). Ainda assim, é importante resolver algumas limitações e fraquezas, sobretudo ao nível da falta de instalações, recursos educativos e tecnológicos, e apoio dos professores. É também necessária a atualização constante do ensino, que relaciona-se com o aumento das perspetivas de sucesso para o futuro (Moreira, Monteiro e Machado, 2017; Costelloe e Warner, 2014).

Com o relatório sobre o “Respeito Pelos Direitos Humanos em Portugal” (dados de 2014) constatou-se que os problemas mais evidentes nas nossas prisões são o uso excessivo de força e abusos sobre os reclusos, violência entre reclusos, instalações inadequadas, más condições sanitárias, sobrelotação, violência, encarceramento de jovens com adultos e negação do direito a acompanhamento jurídico-penal e de contactos com a família. A lei, prevê o direito a práticas religiosas e a apresentação de queixas às autoridades, livres de

censura. A constituição e a lei proíbem qualquer forma de discriminação com base na raça, género, deficiência, orientação sexual, religião, língua ou condição social.

Por fim, importa referir que o recluso tem o direito de ser informado dos seus direitos e deveres quando dá entrada na prisão, por escrito e oralmente, explicando-se qualquer dúvida (Foucault, 1975/1999, Código de Execução de Penas, 2015).

## **Vivências dentro dos Estabelecimentos Prisionais**

### **Os reclusos**

Há muito que as vivências nas prisões são estudadas, sobre diferentes abordagens, como por exemplo Goffman (1961/2001), que se focou nas ocorrências dentro das prisões e estratégias adotadas pelos reclusos para preservarem o seu “eu”.

Numa abordagem de ajustamento e adaptação, foi estudada a complexidade das transições associadas à passagem pelo sistema penitenciário, e reunidos esforços para a sua categorização (Gonçalves, 2008; Novais, Ferreira, & Santos, 2010). No caso português, Gonçalves (1993,1994,1999) categoriza 4 tipos de reclusos, quanto à sua adaptação, os “bem-adaptados”, “mal-adaptados”, “sobre-adaptados” e os “inadaptados”. Os reclusos mal-adaptados caracterizam-se por manifestarem comportamentos agressivos, violação das regras e ostentarem valores antissociais. Opostamente, os bem-adaptados não se envolvem em processos disciplinares. Os reclusos inadaptados revelam um desajustamento geral à prisão, verificado por patologias de adaptação, *stress* prisional, comportamentos autodestrutivos, consumo de estupefacientes, isolamento, ataques de cólera e por serem facilmente vitimizados. Os sobre-adaptados, apesar de apresentarem um cadastro criminal mais marcante e poderem pertencer a grupos de delinquentes, demonstram um comportamento assertivo na prisão, tentado maximizar os benefícios obtidos. Por vezes, são estes os sujeitos de mais difícil reinserção.

Os reclusos passam por um ajustamento a dois subsistemas intrínsecos às prisões, já que são confrontados com instruções formais e informais, muito contrárias, quando entram na prisão. Se por um lado são-lhes apresentadas as instruções “oficiais” da prisão (prescrições, proibições e principais exigências associadas à sua conduta), por outro, junto da população carcerária, apresenta-se-lhe práticas que permitem obter satisfações proibidas, ou satisfações permitidas, por meios proibidos (Goffman, 1961/2001; Gonçalves, 2008). Goffman (1961/2001), denomina este processo por “ajustamento secundário”, de onde emerge uma espécie de código, hierarquias e meios de controlo social informal (podendo haver receio de represálias, se o recluso informar os guardas, técnicos ou direção). Para que o tempo de pena

seja proveitoso, é necessário que o recluso seja capaz de identificar e integrar, de forma funcional, estas novas regras e valores formais e informais, muito díspares. Ao contrário do desejado, devido à formação destas “subculturas”, para que o sujeito consiga se integrar neste novo meio, frequentemente vê-se impelido a adotar comportamentos mais agressivos, hostis e disruptivos, como forma de defesa e autoafirmação. (Gomes, 2012; Gonçalves & Gonçalves, 2012).

Na prisão emergem, portanto, estruturas de poder, normas e valores distintos dos observados nas ruas pelos próprios criminosos, que muitas vezes cometem os crimes numa ação isolada. Assim, os reclusos estão expostos à aprendizagem de comportamentos desviantes e de cariz criminal que provavelmente não encontrariam no exterior (Crespo, 2007). Ao invés dos criminosos reorganizarem-se em direção às normas sociais, podem estar sujeitos a condições desadequadas ao processo de reeducação e ressocialização e até interiorizar padrões de comportamento e crenças desajustadas, aumentando-se o risco de reincidência e comportamentos criminais. A prisão pode mesmo ter um efeito criminogénico (Bales e Mears, 2012; Nagin, Cullen e Jonson, 2009).

Os distúrbios funcionais, sentimentos de angústia e receio são mais frequentes no início do cumprimento da pena e que tendem, a dissipar-se com a habituação ao sistema prisional (Carreira e Gonçalves, 2010; Novais et al., 2010; Adams, 1992). Temos, então, que não é a condenação por si que age sobre a forma como o recluso se adapta à prisão, mas sim a interpretação do seu percurso e as vivências dentro do estabelecimento. Importa que estudemos o modo como os reclusos vivenciam e experienciam a prisão (Novais et al., 2010). O encarceramento exerce um efeito variável no indivíduo, dependendo das suas características, da natureza da experiência de prisão e do histórico de condenações/sanções. Outros fatores que parecem fazer variar o efeito do encarceramento são a raça ou etnia do sujeito, a idade, presença/ausência de perturbações mentais, percursos criminais, perspetivas de emprego, acesso a habitação numa zona mais ou menos favorecida e o apoio de redes sociais (Mears, Cochran e Cullen, 2015).

Para além de os reclusos passarem por um processo de adaptação quando entram na prisão, também o fazem quando retornam à sociedade, parecendo mais difícil o processo de ressocialização e reinserção social, do que a adaptação ao encarceramento. Se a estadia do recluso na prisão for muito longa, pode ocorrer um “desculturamento”, que temporariamente, deixa o sujeito incapaz de enfrentar alguns aspetos do dia-a-dia (Goffman, 1961/2001; Gonçalves, 2008; Adams, 1992).

O percurso do recluso no sistema prisional, além de depender das experiências vivenciadas na prisão, fatores familiares, institucionais, pessoais (como características dos indivíduos, história de desenvolvimentos, tipo de crime cometido e percepção do mesmo), sociais e académicos (Novais et al., 2010), depende da percepção que o recluso tem sobre todas estas influências. Estes fatores parecem afetar o processo de ressocialização e a reinserção social (Visher e O'Connell, 2012), que se relacionam com a reincidência ou o abandono de percursos criminais.

### **Os guardas prisionais**

Os guardas são os intervenientes que mais se relacionam com os reclusos, no entanto, são escassos os estudos sobre este grupo em Portugal (Monteiro, Esgalho e Pereira, 2017).

Verifica-se que já foram realizados esforços para estudar o burnout e stress nesta população que além de assumir funções de vigilância e controlo, assumem um papel proeminente na ressocialização dos internos e apaziguamento da vida na prisão (Arruda, 2013; Gonçalo, Gomes, Barbosa, Afonso, 2010; Moreira, 2016; Gonçalves e Vieira, 2005),

Gonçalves e Vieira (2005) verificaram que a idade e anos de serviço influenciam as atitudes dos guardas perante os reclusos. A avaliação que os guardas fazem dos reclusos e das suas características, são importantes para as interações que existem nos estabelecimentos. O relacionamento entre os guardas e reclusos, nomeadamente, a percepção que os reclusos têm acerca do apoio e tratamento respeitador e “humano” recebido dos guardas, influenciam o seu bem-estar, adaptação à prisão e ordem mantida no estabelecimento (Dirkzwager e Kruttschnitt, 2012).

### **Como se Percecionam as Prisões**

Apesar de serem vastos os estudos sobre a adaptação prisional, ainda poucos atendem a uma noção que nos parece essencial para compreender as vivências nas prisões: a percepção sobre as mesmas. Como já havíamos concluído, não é a condenação em si que determina como o recluso se adapta, já que o processo de adaptação molda-se conforme o tempo passado dentro do sistema. O que parece influenciar são sim as percepções que o sujeito vai construindo acerca das suas vivências no estabelecimento. O mesmo aplicar-se-á aos guardas, cuja vivência nas prisões, será afetada pela percepção que têm acerca dos estabelecimentos por onde passam.

As transições vividas entre a liberdade e a prisão, assim como todas as outras transições na nossa vida, consistem em mudanças de estado, que sendo substanciais no

decorso de uma trajetória comportamental, podem representar um ponto de viragem (como a desistência do crime), abrindo-se espaço para novas oportunidades e padrões comportamentais (Laub & Sampson, 2003). Para que ocorra um ponto de viragem é necessária uma percepção de crise (Hareven e Masaoka, 1988), sendo que a percepção da consequência como sendo negativa é o mais importante para que se percecionem a gravidade do ocorrido (Stylianou, 2003). Esta visão subjetiva sobre as experiências vividas envolvem mudanças nas situações, comportamentos e/ou significados atribuídos. No caso dos indivíduos que desistem da sua conduta criminal é essencial que reconheçam e percecionem os crimes cometidos como graves, percecionem autocontrolo e tenham interiorizado um novo propósito de vida (Elder e Shanahan, 2006).

Uma das teorias mais simples mas robusta assume que as mudanças nas nossas vidas ocorrem em resposta a reforços e punições, alterando-se o comportamento e atitudes conforme a percepção que se faz dessas contingências (Caspi e Roberts, 1990). Com base nesta noção de aprendizagem social modelada por contingências podemos construir um instrumento que associe as condições de vida nas prisões à percepção que os seus ocupantes privilegiados – guardas e reclusos – têm delas.

Depois de realizada uma consulta de literatura acerca das percepções sobre a prisão, verificou-se a inexistência de um instrumento quantitativo, que as caracterizasse. Neste sentido, propusemo-nos a criar uma escala que nos permitisse aceder às percepções dos guardas e reclusos sobre a prisão, surgindo, a Escala de Percepções sobre Prisões (EPSP). Na sua estrutura incluímos itens que refletem características e condições manifestamente associadas às vivências dos reclusos e guardas prisionais dentro dos estabelecimentos. Temos, portanto, itens que abordam as condições de alojamento, nomeadamente, sobrelotação, condições sanitárias e equipamentos e de alimentação, condições mínimas e humanas que devem ser asseguradas nos estabelecimentos prisionais (Provedor de Justiça, 2003; Conselho da Comissão Europeia, 2015). Sabemos, por exemplo, que a partilha de celas afeta a comunicação entre guardas e reclusos. Sendo a relação entre estes dois grupos de máxima importância, já que os primeiros também funcionam como agentes de ressocialização. Este fenómeno pode afetar o bem-estar dos reclusos, a sua experiência da prisão e, potencialmente, a sua segurança e os resultados da sua reabilitação (Molleman e Ginneken, 2015).

Outros itens ocupam-se do acompanhamento jurídico-penal, técnico e clínico, que para além de um direito, são essenciais para que a pena seja moldada conforme o percurso do indivíduo, e as intervenções ajustadas a cada caso e sujeito.



Incluimos também itens que averiguam o acesso e integração em atividades socioculturais, ocupação laboral, ensino e religião, ocupações que dotam o indivíduo de competências/conhecimentos essenciais à sua ressocialização e reinserção social. Sabemos que os projetos futuros alicerçam-se em convicções de que as aprendizagens pessoais, escolares e profissionais, formais e informais, que a reclusão proporcionou, valorizam o interno (Silva, 2013).

A violência e agressividade em meio prisional é frequente, parecendo fundamental para a “sobrevivência” dos indivíduos neste meio. Frequentemente, os reclusos, assumem outra forma de estar e agir para integrarem-se numa subcultura informal imposta pelos restantes cárceres (Gomes, 2012). Assim, também incluimos itens para avaliar a dimensão dos comportamentos violentos, agressivos e abusivos, a emergência da subcultura informal na prisão, a sua sobreposição sobre o sistema formal e o possível caráter criminogénico da prisão.

As visitas são essenciais para o recluso enquanto interno e no seu retorno à liberdade. Sabemos que um número reduzido de visitas é um dos preditores para a agressividade na prisão (Gonçalves e Gonçalves, 2012) e que está relacionado com a redução e retardação da reincidência, principalmente quando se tratam de visitas conjugais e íntimas, onde em princípio existe um maior grau de intimidade/proximidade entre o recluso e o visitante (Bales e Mears, 2008; Mitchell, Spooner e Zhang, 2016). Os benefícios pessoais extraídos das visitas familiares influenciam o quotidiano na prisão, a forma como o recluso lida com o encarceramento e as idealizações que faz em relação ao seu futuro no exterior e ao seu regresso à sociedade (Novais et al., 2010; Visher e O’Connell, 2012).

Incluimos itens que exploram a exteriorização de preconceitos, por meio de discriminação, e itens que procuram refletir se os reclusos foram informados dos seus direitos e deveres, aquando da entrada na prisão, se são cumpridos, se podem realizar reclamações livres de represálias e se podem integrar programas de intervenção.

Atendendo às perceções dos guardas, acrescentámos itens sobre a sua atuação em meio prisional e os recursos, apoios e condições disponíveis no local de trabalho.

Num total de 53 itens procurámos, representar as perceções dos reclusos e guardas prisionais sobre a prisão em que se encontram. Tratando-se de um estudo exploratório, parece-nos que a partir deste estudo muitos outros poderão surgir e assim possibilitar uma melhor compreensão destas vivências pessoais e quais as suas implicações para a reincidência.

## Objetivos

Para servir a importância e propósito do instrumento criado, traçamos o objetivo primário de caracterizar as percepções dos guardas prisionais e reclusos, do género masculino e feminino, de estabelecimentos do norte e centro do país.

O objetivo seguinte foi compreender se as percepções associam-se e variam conforme variáveis como o género, idade, nacionalidade, estado civil, habilitações literárias, tipo de estabelecimento a que o sujeito está alocado, tempo passado em ambiente prisional, número de prisões pelas quais já passou, situação jurídica e tempo de pena que falta cumprir. Tratando-se de um estudo essencialmente exploratório não tecemos quaisquer hipóteses. Esperamos sim que a nossa escala revele uma boa consistência interna e poder discriminatório entre guardas e reclusos.

## Parte II- Investigação Empírica

### Metodologia

#### Participantes

Esta investigação contou com a participação de 132 guardas prisionais e 133 reclusos, de sexo feminino e masculino, num total de 265 participantes, alocados em 3 estabelecimentos prisionais do norte e centro de Portugal. A amostragem foi realizada pelo método por conveniência, já que acedemos apenas aos estabelecimentos autorizados pela Direção Geral dos Serviços Prisionais e que, no período da recolha, se encontravam disponíveis. Toda a amostra foi obtida pela interpelação dos sujeitos que se demonstravam disponíveis, interessados e que cumpriam o requisito de literacia.

Alguns sujeitos não preencheram todos os dados sociodemográficos, jurídico-penais nem alguns itens da escala. No último caso, os valores foram operacionalizados como *missings* e nos restantes como valor ausente. Os casos cuja resposta dos participante em mais de cinquenta por cento dos itens ( $N > 26$ ) foi cotada como *missing*, foram invalidados e excluídos ( $N=4$ ),.

Por meio de uma análise descritiva, fez-se a caracterização das variáveis sociodemográficas (Tabela 1), socioprofissionais (Tabela 2) e jurídico-penais (Tabela 3) da nossa amostra:

Tabela 1. Caracterização Sociodemográfica

Guardas (N = 132)		Reclusos (N = 133)	
N	%	N	%

<b>Nacionalidade</b>				
Português	128	95.5	122	93.1
Estrangeiro	3	2.2	8	6.1
<b>Género</b>				
Feminino	54	40.3	43	32.8
Masculino	78	58.2	88	67.2
<b>Estado civil</b>				
Solteiro	21	15.4	70	53.4
Casado/União de facto	86	63.2	39	29.8
Divorciado/Viúvo	21	15.4	22	16.8
<b>Habilitações</b>				
1º e 2º ciclo	9	6.7	58	44.3
3º ciclo	22	16.4	41	31.3
Ensino Secundário	83	61.9	28	21.4
Ensino Superior	17	12.7	4	3.1
	$\bar{x}$	<i>DP</i>	$\bar{x}$	<i>DP</i>
<b>Idade</b>	44,92	7,21	36,33	10,16

Tabela 2. Caracterização das Variáveis Socioprofissionais

<b>Guardas</b>		
	$\bar{x}$	<i>DP</i>
<b>Tempo de serviço(*)</b>	236.83	90.15
	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Número de prisões(**)</b>		
2 ou menos	34	25
3	53	39
4 ou mais	39	28.7

(\*) Tempo, em meses, de serviço que prestaram como guarda prisional.

(\*\*)Número de prisões diferentes em que já trabalhou como guarda prisional.

Tabela 3. Caracterização das Variáveis Jurídico-Penais

<b>Reclusos</b>		
	$\bar{x}$	<i>DP</i>
<b>Tempo passado em prisões(*)</b>	41.58	46.21
<b>Tempo para o fim da pena(**)</b>	35.24	30.09
	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Número de prisões(***)</b>		
1	86	65.6
2	25	19.1
3	10	7.6

4 ou mais	9	6.9
<b>Situação jurídica</b>		
Preventivo	40	30.5
Condenado	91	69.5

(\*) Tempo, em meses, passado pelo recluso em prisões, até à data da sua participação no estudo.

(\*) Tempo, em meses, que falta para o fim da pena aplicada ao recluso.

(\*\*\*)Número de prisões diferentes em que o recluso já esteve alojado.

## **Instrumento**

### **Escala de Percepções Sobre a Prisão (EPSP)**

A Escala de Percepções Sobre a Prisão (EPSP) possui um total de 53 itens, apoiados na literatura existente, procurando refletir as percepções das vivências dos reclusos e guardas nas prisões e a sua percepção sobre as condições serem adequadas/suficientes, para que se alcance o objetivo máximo de ressocialização, reinserção e prevenção da reincidência. Os itens procuram aceder a todos os domínios que podem influenciar as vivências do participante dentro do estabelecimento (alguns exemplos: “O espaço das celas é reduzido para o número de reclusos que lá estão.”, “Aqui tenho de ser outra pessoa para “sobreviver à prisão”, “Os guardas recebem os apoios necessários à sua prática profissional.”, “Posso receber visitas.”, “Posso estudar.” e “Sou devidamente acompanhado pelos técnicos de reeducação.”).

A escala foi autoadministrada, sendo a resposta dada através de uma escala com 4 alternativas (0= não/nunca; 1=às vezes; 2=sim/muitas vezes; e, 3=”não sei”), podendo os sujeitos cotar um mínimo de 0 e um máximo de 106. Quanto mais o indivíduo cotar na escala, mais negativa será a sua percepção acerca do estabelecimento e, quanto menos cotar, mais positiva será a sua percepção. É indicado explicitamente que o indivíduo deve responder refletindo exclusivamente sobre o estabelecimento em que se encontra alocado no momento.

O instrumento anexa um conjunto de 6 itens a ser respondidos exclusivamente por guardas que se encontram num estabelecimento prisional que albergue crianças e grávidas e, por reclusas que no momento estejam grávidas e/ou com uma criança ao seu cuidado.

Visando permitir aos participantes expor percepções que sentem que afetam a sua vivência na prisão, foi criado um espaço que permite enunciar aspetos ausentes na escala.

Na avaliação da consistência interna, obteve-se um valor de 0.90 para o coeficiente *Alpha* de Cronbach, o que nos indica que os itens da escala propõem-se a medir um mesmo constructo geral (percepção sobre as prisões). No grupo dos guardas prisionais encontramos o coeficiente *Alpha* de Cronbach de 0.89 e, no grupo de reclusos de 0,90.

Cumprido no limite o critério de 5 participantes por cada item ( $N = 265$ ), fez-se a análise de componentes principais, concluindo-se que a escala apresenta-se como sendo unidimensional, uma vez que mais de 50% dos itens ( $N = 29$ ) apresentaram uma carga fatorial superior a 0,40 para o 1º fator (explicando 19.60 % da variância), o que congrega em si a maioria dos itens. O 2º fator explicaria 10.83% da variância, o 3º - 6.30%, o 4º - 6% e o 5º - 4.30%.

### **Procedimento**

Remeteu-se à Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) pedidos de autorização para efeitos de investigação em alguns estabelecimentos prisionais do norte e centro do país. Contactou-se os estabelecimentos autorizados para confirmar a sua disponibilidade para colaborar na presente investigação. Uma vez disponíveis, agendaram-se as recolhas de forma a não interferirem com as dinâmicas internas dos estabelecimentos. Nas prisões, procedeu-se à recolha junto dos guardas prisionais e reclusos, por meio de estratégias diferentes, obtendo-se uma amostragem não probabilística por conveniência.

Primeiro realizou-se um estudo piloto visando o aprimoramento e correção da escala. Para isso foram recolhidos os pareceres dos participantes (3 guardas e 14 reclusos) acerca da mesma, através do método de discussão falada, onde os sujeitos expressavam a sua experiência de preenchimento da escala e qualquer outro entendimento sobre a mesma. Nesta fase, as recolhas foram feitas individualmente, estando presentes o participante e a investigadora.

Fez-se algumas correções à escala, como a substituição de algumas palavras por sinónimos mais inteligíveis para a população alvo e a possibilidade de resposta “não sei”, para quando os indivíduos entendessem que não tinham nenhuma perceção acerca do enunciado.

Entretanto verificou-se a necessidade de alterar o método de recolha, por ser inviável uma recolha individualizada. No caso dos guardas deixou-se os instrumentos e consentimentos informados com um responsável por este corpo, que distribuiu-os pelos elementos de segurança disponíveis e interessados em participar, recolhendo-os de seguida, num envelope selado e fazendo-os chegar à investigadora.

Relativamente aos reclusos, a recolha realizou-se pela investigadora nas instituições. A angariação de participantes foi auxiliada pelos guardas presentes nas alas, que abordaram os reclusos para participar no estudo. Com os reclusos, a recolha foi realizada dentro de um espaço comum, reunindo-se um máximo de 10 participantes para assegurar o esclarecimento de dúvidas. O preenchimento da escala foi individual, sendo respeitadas as condições de privacidade.

Cada participante recebeu um consentimento informado escrito (explicado oralmente), onde constaram a apresentação do estudo e os termos da participação na investigação. No caso dos guardas acrescentou-se o contacto da investigadora para possibilitar o esclarecimento de dúvidas.

Por recurso ao *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (versão 22.0), fez-se análises da consistência interna do instrumento e da sua dimensão, a análise descritiva das variáveis sociodemográficas, jurídico-penais e socioprofissionais dos participantes, testes de associação e de diferenças inter-sujeitos e a análise exploratória dos dados.

## Análise e Discussão dos Resultados

Antes de avançarmos nesta secção, importa explicar que optámos por apresentar os resultados e a sua discussão num mesmo espaço, já que estudámos muitas variáveis e não temos hipóteses fechadas, por este ser um estudo exploratório.

Primeiro preocupamo-nos em verificar se a escala tem poder discriminatório para o grupo dos guardas e dos reclusos. Para tal, calculou-se os *scores* obtidos pelos dois grupos e verificou-se a existência de diferenças significativas, ou seja, averiguou-se se um dos grupos perceciona mais negativamente a prisão do que o outro.

Em relação aos itens a ser exclusivamente preenchidos pelos guardas do estabelecimento que alberga crianças e grávidas e pelas reclusas nestas condições, também foi calculado um “segundo *score*” (“*score2*”), visando caracterizar as percepções quanto a questões sobre a alocação destas situações em prisões (consultar Tabela 4). Obtivemos respostas de 61 guardas e 2 reclusas (pelo número reduzido deste grupo, não se realizou análises estatísticas para estes dados).

Tabela 4. *Scores* Obtidos na Escala de Percepções Sobre as Prisões

	Guardas		Reclusos		t(263)
	$\bar{x}$	DP	$\bar{x}$	DP	
<i>score</i>	31.93	11.20	40.31	16.63	4.82*
<i>score2</i> (*)	.45	.88	-	-	

(\*) Total obtido aos itens administrados em guardas alocados a um estabelecimento prisional que albergue crianças e grávidas e por reclusas nestas condições.

\*p < .001

Verificou-se que os reclusos têm, significativamente, percepções mais negativas sobre a prisão do que os guardas. Assim, a nossa escala, para além de revelar boa consistência

interna, revela um bom poder discriminatório. A partir daqui todas as análises de associação e testes de diferenças, para percebermos que variáveis podem estar associadas às percepções dos sujeitos sobre os estabelecimentos prisionais, foram realizadas separadamente para estes dois grupos.

Uma vez que não existem pontos de corte para verificar o que são resultados mais positivos ou mais negativos em relação à norma, optou-se por estabelecer classes de desvio padrão, abaixo e acima da média e verificar o número de sujeitos em cada uma dessas classes (Tabela 5). Os que ficam acima da média têm uma percepção muito negativa, e abaixo uma percepção muito positiva acerca da prisão.

Tabela 5. Caracterização dos *Scores* Obtidos

	Guardas			Reclusos	
	N	%		N	%
<i>score</i>			<i>score</i>		
1 DP abaixo (< 21)	19	14.2	1 DP abaixo (< 23)	20	15.3
21 - 43	94	70.1	23 - 57	87	66.4
1 DP acima (> 43)	21	15.7	1 DP acima (> 57)	24	18.3
<i>score2</i>					
0 - 1	55	88.7	-	-	-
1 DP acima (> 1)	7	11.3	-	-	-

Verificou-se que 15.7% dos guardas têm uma percepção muito negativa sobre a prisão e 14.2% uma percepção positiva. No caso dos reclusos, temos 18.3% a perceberem muito negativamente o estabelecimento prisional, enquanto 15.3% o percebem positivamente. Esta distribuição sugere que as percepções acerca dos estabelecimentos prisionais apresentam uma distribuição equilibrada e quase simétrica.

Para o “segundo *score*” temos 11.7% dos guardas com percepções negativas sobre a prisão. Os restantes não parecem ter percepções nem muito negativas, nem muito positivas sobre este meio. Este resultado certamente prende-se com o facto de os participantes estarem alocados a um estabelecimento prisional feminino que é considerado modelo em Portugal, por todas as condições que reúne, nomeadamente, em relação ao acolhimento de grávidas e crianças. Compreende-se, portanto, que os guardas que trabalham neste meio, apresentem uma percepção muito positiva sobre este domínio.

### **Análises de Associação e Testes de Diferença**

Como referido anteriormente, a nossa segunda preocupação foi debruçarmo-nos sobre as variáveis que podem estar associadas e influenciar os *scores* obtidos pelos participantes.

Para este efeito foram usadas Correlações de Pearson (Tabela 6), T-testes e Anova unifactorial (F) (Tabela 7) (Martins, 2011)

Tabela 6. Correlações de Pearson

	Guardas		Reclusos	
	r	Sig.	r	Sig.
<b>Idade</b>	.13	.14	-.19	.03*
<b>Tempo passado em prisões(*)</b>	.20	.03*	.27	.002**
<b>Tempo para o fim da pena(**)</b>	-	-	.02	.85

(\*) Tempo, em meses, que o participante já passou na prisão.

(\*\*)Número de prisões diferentes em que o participante já esteve.

\*p < .05; \*\* p < .01

Da análise de correlações podemos verificar que quanto mais avançada é a idade dos reclusos, mais positivas são as suas perceções acerca da prisão, algo que não sucede nos guardas. É de notar que o mesmo fenómeno se verificou no estudo das adaptações ao meio prisional, com os reclusos bem-adaptados com idades significativamente superiores à dos reclusos mal-adaptados (Gonçalves,1999).

Da mesma forma, observamos que mais tempo de serviço e de pena cumprida em estabelecimentos prisionais associa-se a perceções mais negativas sobre as prisões. Este fenómeno pode ocorrer pela saturação deste ambiente que se torna inevitavelmente “pesado” quer para os elementos de segurança, mas sobretudo para os reclusos, por todas as especificidades que lhe são reconhecidas.

Tabela 7. T-Testes e Anovas Unifatoriais (F)

		Guardas		Reclusos	
		M(DP)	t	M(DP)	t
<b>Género</b>	Masculino	26.8(7.02)	-4.77***	34.37(16.42)	-2.94**
	Feminino	35.32(11.77)		43.20(16.04)	
<b>Nacionalidade</b>	Português	31.80(11.03)	.28	40.96(16.39)	1.4
	Estrangeiro	30.00(4.36)		32.25(19.46)	
<b>Situação Jurídica</b>	Preventivo	-	-	39.03(16.58)	-.58
	Condenado	-		40.87(16.71)	
		<b>M(DP)</b>	<b>F</b>	<b>M(DP)</b>	<b>F</b>
<b>Número de prisões (*)</b>	1			36.83(15.88)	
	2	28.21(9.49)	4.30*	46.12(15.14)	4.50**



	3	32.58(11.59)		44.40(15.70)	
	4 ou mais	35.77(11.41)		52.89(20.41)	
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	29.52(8.13)		42.89(17.43)	
	Casado/União de Facto	33.58(12.22)	1.60	37.92(14.72)	1.90
	Divorciado/Viúvo	30.19(8.73)		36.32(16.50)	
<b>Tipo de Estabelecimento prisional</b>	Regional Masculino	243.50(8.89)		40.68(15.85)	
	Central Masculino	36.44(10.07)	45.03***	48.57(15.30)	7.35****
	Especial Feminino	24.55(7.21)		34.18(16.28)	
<b>Habilitações</b>	1º e 2º ciclo	27.00(9.80)		38.10(15.98)	
	3º ciclo	34.86(9.26)		40.24(16.64)	
	Ensino Secundário	32.61(11.89)	1.54	44.54(17.56)	.98
	Ensino Superior	29.12(10.05)		43.25(19.97)	

(\*)Número de prisões diferentes em que o participante já esteve.

\*p < .05; \*\*p < .01; \*\*\*p < .001; \*\*\*\*p = .001

Analisando a variável género, verificamos que as guardas e reclusas mulheres têm, significativamente uma perceção mais positiva sobre as prisões do que os homens. Mais uma vez, este resultado pode-se dever ao facto de todas as reclusas e a maior parte das guardas femininas que participaram se encontrarem alocadas num estabelecimento prisional feminino tido como modelo. Um estudo de 2013, verificou que nas alas em que os guardas prisionais apresentavam uma atitude mais positiva em relação à reabilitação, mais os reclusos percecionavam uma boa relação com os elementos de segurança (Beijersbergen, Dirkzwager, Molleman, Laan, Nieuwbeerta, 2013). Foi precisamente nas alas com mais guardas femininas que os reclusos descreveram perceções mais positivas sobre a forma como são tratados e avaliaram as suas relações com os guardas mais positivamente. Parece, portanto, haver uma relação clara entre a perceção dos guardas e a sua atitude em meio prisional, sendo as mulheres que tendem a trazer para este ambiente uma influência mais positiva. Neste seguimento, também as reclusas terão uma perceção sobre o seu tratamento e a relação com as guardas mais positiva, influenciando numa perceção global da prisão também mais positiva, que consequentemente tendem a perspetivar o seu futuro de uma forma igualmente positiva e otimista (Silva, 2013).

A situação de preventivo ou condenado no estabelecimento, não influenciou a perceção dos sujeitos acerca do estabelecimento em que se encontravam. Isto vem ao encontro da apreciação que já havíamos feito aquando da revisão da literatura. Não é,

portanto, a condenação por si que age sobre a forma como o sujeito se adapta mas sim a forma como ele percebe as suas vivências nesse espaço (Carreira e Gonçalves, 2010; Novais et al., 2010; Adams, 1992). Ora se fosse a condenação, por si só, a interferir com o ajustamento do sujeito à prisão, seriam de esperar diferenças significativas para a percepção sobre as prisões quando confrontamos preventivos e condenados, o que não ocorre.

Os estabelecimentos prisionais do nosso país são classificados em função do seu nível de segurança e grau de complexidade de gestão, pela portaria do Ministério da Justiça (Código de Execução de Penas, 2015). Ora, como objetivo deste estudo, recordo que iríamos explorar a relação entre o tipo de estabelecimento prisional em que o indivíduo se encontra e a sua percepção acerca do mesmo. Este estudo contou com a recolha em 3 estabelecimentos prisionais categorizados como estabelecimento prisional regional, estabelecimento prisional central masculino e estabelecimento prisional especial feminino.

Da nossa análise resultou que as percepções variam conforme o tipo de estabelecimento em que os indivíduos se encontram. No grupo dos guardas, o Teste Post-Hoc de Scheffe revelou que os sujeitos alocados no estabelecimento prisional regional e no estabelecimento prisional central masculino revelam uma percepção mais negativa acerca da prisão, do que os alocados no estabelecimento prisional especial feminino. No grupo dos reclusos, o mesmo teste mostra que os reclusos alojados no estabelecimento prisional central masculino apresentam percepções mais negativas acerca da prisão do que os alojados no estabelecimento prisional especial feminino.

O número de prisões pelas quais os sujeitos já passaram, influencia significativamente as suas percepções sobre as prisões. Atendendo aos Testes Post-Hoc de Scheffe, concluímos que os guardas e reclusos que estiveram em 4 ou mais prisões têm, significativamente, percepções mais negativas acerca das prisões. Acreditamos que isto ocorre porque os sujeitos ao passarem por vários estabelecimentos experimentam em vários locais percepções negativas sobre o que vivenciam. Pode dar-se, portanto, um fenómeno de confirmação de percepções experimentadas anteriormente, cimentando-as e tornando-as menos suscetíveis a uma mudança para uma percepção mais positiva.

Não foram encontradas diferenças nas percepções sobre prisão entre portugueses e estrangeiros. Este resultado pode estar influenciado pelo reduzido número de participantes de nacionalidade estrangeira ( $N = 11$ ).

Não foram encontrados resultados significativos ao nível habilitações literárias, e estado civil. A percepção sobre a prisão parece, portanto, não se relacionar com estas variáveis.

### **Preocupações Sobre as Prisões, Acrescentadas pelos Participantes**

Por fim, foi realizada uma análise qualitativa dos principais problemas apontados pelos participantes, na tabela destinada à expressão de problemas/preocupações/percepções sobre as prisões que não haviam sido enunciadas ao longo da escala, mas que fossem consideradas pertinentes de referir pelos indivíduos. Para tal foi realizado um agrupamento por categorias, tendo em conta o parentesco semântico dos vários “problemas” apontados.

No grupo dos guardas, em 132 participantes, 27 preencheram este campo, enunciando um máximo de 3 “preocupações” por indivíduo. Na amostra de reclusos, 57 de 133 participantes recorreram a esta tabela, enunciando um máximo de 5 “preocupações” por indivíduo.

Nos guardas sobressaíram preocupações relacionadas com a falta de condições, de recursos humanos e materiais de apoio à sua prática profissional, como a falta de elementos de vigilância (N = 9) e falta de apoio psicológico (N = 5). De seguida referem problemas relacionados com a eficácia da reinserção social.

Nos reclusos encontramos mencionados problemas, maioritariamente, relacionados com a alimentação, como alimentos mal confeccionados e/ou em mau estado de conservação; problemas relacionados com ocupação laboral, nomeadamente com o número de vagas para trabalhar e a má remuneração; problemas relacionados com a aplicação das leis e execução de penas, como a não concessão de saídas judiciais, a não atribuição de liberdade condicional a reclusos primários aos 2/3, a permanência de muitas horas na cela, horários para as rotinas de higiene desadequados, pouco tempo de visita e pouca comida autorizada a entrar no EP; e por fim, problemas relacionais entre guardas e reclusos.

Importa mencionar que houveram problemas mencionados pelos dois grupos, mesmo que nem sempre tenham sido os mais referidos. Os dois grupos referiram problemas relacionados com as relações estabelecidas entre os reclusos e entre os guardas e os reclusos, problemas relacionados com a alimentação dos reclusos e problemas relacionados com a eficácia da reinserção social (consultar Tabela 8).

Tabela 8. Problemas Enumerados por Guardas e Reclusos

	<b>Guardas (N)</b>	<b>Reclusos (N)</b>
<b>Problemas relacionados com...</b>		
...a falta de condições, de recursos humanos e materiais de apoio à prática profissional.	16	-
...a ineficácia da reinserção social	5	2
...a alimentação	1	30

...a ocupação laboral	-	16
...a aplicação da lei e execução de penas	-	11
...mau relacionamento entre guardas e reclusos	1	10
...mau relacionamento entre reclusos	1	1

---

## Conclusão

Indo ao encontro dos nossos objetivos, conseguiu-se uma escala capaz de reter as percepções dos guardas prisionais e reclusos sobre as condições das prisões e do seu funcionamento. Apesar de ser um estudo exploratório, obtiveram-se dados psicométricos muito animadores para a escala construída, principalmente ao nível da consistência interna e do poder discriminatório entre as duas populações estudadas. Na exploração da dimensionalidade da escala verificou-se que mais de metade dos itens saturavam num mesmo fator, concluindo-se que a escala apresenta-se como sendo unidimensional. Ainda assim, achamos importante que a mesma seja aplicada a uma amostra mais robusta e diversificada (por exemplo aplicar a outras populações e em mais estabelecimentos prisionais), já que poderá revelar uma estrutura fatorial mais consistente e permitir a validação da escala.

Sobre o segundo objetivo verificou-se que as percepções dos indivíduos é influenciada por variáveis sociodemográficas, socioprofissionais e jurídico-penais.

Quanto mais avançada for a idade do sujeito, melhores serão as suas percepções sobre a prisão. A mesma variável aparece associada a uma boa adaptação à prisão (Gonçalves, 1999). Sendo a percepção e a adaptação dois processos dinâmicos dependentes das características do sujeito e das características circunstanciais, parece haver uma relação estreita entre a percepção sobre as prisões e o ajustamento do indivíduo a este meio. Seria interessante realizarem-se futuras investigações neste sentido, procurando verificar relações entre as percepções dos sujeitos e a sua adaptação à prisão.

As mulheres têm, no geral, uma percepção mais positiva acerca das prisões do que os homens, o que poderá dever-se a termos recolhido num único estabelecimento prisional feminino, considerado uma prisão modelo em Portugal. No entanto os nossos dados não deixaram de ir ao encontro da literatura consultada (Beijersbergen et al., 2013; Silva, 2013). O facto de os guardas trazerem para o estabelecimento uma atitude e percepções mais positivas, leva a que os reclusos percecionem um melhor relacionamento com os primeiros e a perspetivar o seu futuro de uma forma mais positiva. Termos realizado a nossa recolha só numa prisão feminina poderá, ter enviesado e limitado as nossas conclusões. É por isso importante que estudos futuros preocupem-se em alargar a recolha a mais do que um estabelecimento prisional feminino.

A percepção dos participantes variou conforme o estabelecimento prisional em que se encontravam, verificando-se que os reclusos de ambas as prisões masculinas (central e regional) perceberam a prisão de uma forma mais negativa do que as mulheres. Estes resultados relacionam-se claramente com a diferenciação de género já verificada: as mulheres apresentam percepções mais positivas. O estudo de Silva (2013), já havia concluído que as reclusas são muito otimistas e positivas em relação ao seu futuro. Ora quanto melhor a percepção sobre as prisões, melhor será o bem-estar dos reclusos e o seu otimismo em relação ao futuro, nomeadamente, em relação ao seu regresso à sociedade (Visser e Travis, 2011).

Os guardas e reclusos que estiveram em 4 ou mais prisões diferentes, e com mais tempo de serviço e reclusão, têm uma percepção significativamente mais negativa sobre o estabelecimento. Isto poderá ocorrer pelo “peso” que a instituição, por todas as características que lhe são inerentes, coloca sobre os internos e profissionais que lá circulam. Além disso a passagem por várias prisões pode resultar numa repetição de experiências preceptivas negativas sobre este meio, que por repetirem-se sempre que entram numa nova prisão, tendem a reduzir a abertura para uma visão mais positiva.

O quadro de problemas percebidos pelos guardas e reclusos, não incluídos na escala, alertou-nos para a importância de melhorar a qualidade heurística dos itens e até incluir outros. Por exemplo o item “O trabalho é pago.” parece não ter refletido adequadamente as percepções dos reclusos sobre este tópico. Todos os reclusos confirmam que qualquer atividade laboral é remunerada, no entanto entendem que é mal remunerada. Faria, portanto, mais sentido por exemplo o item “O trabalho é adequadamente pago.”.

Os guardas prisionais e os reclusos são na sua maioria os elementos que mais tempo passam nas nossas prisões, envolvidos num objetivo que interessa a toda a população, a redução da reincidência criminal. Por todas as influências que analisamos ao longo desta investigação é importante compreendermos de uma forma próxima as vivências destes sujeitos nestes meios. Uma forma de o fazer será através do conhecimento e compreensão das suas percepções. Apesar das limitações apontadas e do carácter exploratório deste estudo, esta escala surge como um meio de acesso a uma dimensão mais íntima das vivências prisionais, pelo que o seu uso em investigações futuras merece ser contemplado.

## Referências

- Adams, K. (1992). Adjusting to prison life. *Crime and Justice*, 16, 275 – 359.
- Arruda, P. F. M. (2013). *Stress, burnout e estratégias de coping nos guardas prisionais da Região Autónoma dos Açores*. Tese de Mestrado em Psicologia da Educação. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Bales, W. D., & Mears, D. P. (2008). Inmate social ties and the transition to society: Does visitation reduce recidivism? *Crime and Delinquency*, 45(3), 287–321.  
doi:10.1177/0022427808317574
- Beccaria. (2001). *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Ridendo Castigat Mores. (Obra original publicada em 1764).
- Beijersbergen, K. A., Dirkzwager, A. J. E., Molleman, T., Laan, P. H. Van Der, & Nieuwebeerta, P. (2013). Procedural Justice in Prison: The Importance of Staff Characteristics. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 20(10), 1–20. doi:10.1177/0306624X13512767
- Carreira, L., & Gonçalves, R. A. (2010). Psicopatologia e adaptação à prisão. *Saúde Mental*, 12(4), 14–30.
- Caspi, A., & Roberts, B. W. (1990). Personality continuity and change across the life course. *Handbook of Personality: Theory and Research* (pp. 300–326). New York / London: THE GUILFORD PRESS.
- Caspi, A., & Roberts, B. W. (2001). Personality development across the life course : The argument for change and continuity. *Psychological Inquiry*, 12(2), 49–66.  
doi:10.1207/S15327965PLI1202
- Conselho da Comissão Europeia. (2015). Relatório sobre o respeito pelos direitos humanos em Portugal.
- Costa, V., Monteiro, S., Esgalhado, G., & Pereira, H. (2017). Investigação psicológica em contexto prisional português : Uma revisão sistemática da literatura e desafios futuros para a investigação. *PSICOLOGIA*, 31(1), 49–58. doi:10.17575/rpsicol.v31i1.1238
- Costelloe, A., & Warner, K. (2014). Prison education across Europe : Policy, Practice, Politics. *London Review of Education*, 12(2), 175–183.
- Crespo, F. A. (2007). Construcción y validación de la Escala para Medir Prisionización. Caso Venezuela: Mérida, 2006. *Capítulo Criminológico*, 35(3), 375–407.
- Dirkzwager, A. J. E., & Kruttschnitt, C. (2012). Prisoners perceptions of correctional officers behavior in English and Dutch prisons. *Journal of Criminal Justice*, 40(5), 404–412.  
doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.06.004

- Durkheim, É. (2007). *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (Obra original publicada em 1895).
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1975)
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. (D. M. Leite, Trad.). São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva. (Obra original publicada em 1961).
- Gomes, S. (2012). *A pessoa reclusa em contexto prisional: Agressividade, intomas psicopatológicos e apoio social*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Gonçalo, H., Gomes, A. R., Barbosa, F., & Afonso, J. (2010). Stresse ocupacional em forças de segurança : Um estudo comparativo. *Análise Psicológica*, 28(1), 165–178.
- Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, Estilo de Vida Criminal e Adaptação à Prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559–584.
- Gonçalves, R. A. (1993). *A Adaptação à prisão: Um processo vivido e observado*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços Prisionais
- Gonçalves, R. A. (1994). Delinquência, sistema prisional e ética da psicologia. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 4(1), 89-108.
- Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão*. Braga: Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. A. (2007). Promover a mudança em personalidades antissociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 4(25), 571–583.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Hareven, T. K., & Masaoka, K. (1988). Turning points and transitions: Perceptions of the life course. *Journal of Family History*, 13(3), 271–289.
- Provedor de Justiça. (2003). *As nossas prisões: III Relatório*. Lisboa.
- Leite, C. M. F. A. F. (1989). *Escola na prisão: Dupla disciplinação? Libertação?* Tese de Mestrado em Educação. Braga: Universidade do Minho.
- Mears, D. P., Cochran, J. C., & Bales, W. D. (2012). Gender differences in the effects of prison on recidivism. *Journal of Criminal Justice*, 40, 370–378.  
doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.06.009

- Mears, D. P., Cochran, J. C., & Cullen, F. T. (2015). Incarceration heterogeneity and its implications for assessing the effectiveness of imprisonment on recidivism. *Criminal Justice Policy Review*, 26(7), 691–712.
- Mitchell, M. M., Spooner, K., Jia, D., & Zhang, Y. (2016). The effect of prison visitation on reentry success: A meta-analysis. *Journal of Criminal Justice*, 47, 74–83.  
doi:10.1016/j.jcrimjus.2016.07.006
- Molleman, T., & Ginneken, E. F. J. C. Van. (2015). A multilevel analysis of the relationship between cell sharing, staff- prisoner relationships and prisoners' perceptions of prison quality. *Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(10), 1029–1046. doi:10.1177/0306624X14525912.1
- Moreira, C. D. F. (2016). *Guarda prisional: Força de segurança ou agente de ressocialização*. Tese de Mestrado em Direito e Segurança. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Moreira, J. A., Monteiro, A. R., & Machado, A. (2017). Higher education distance learning and e-learning in prisons in Portugal. *Media Education Research Journal*, 25(51), 39–49. doi:10.3916/C51-2017-04
- Nagin, D. S., Cullen, F. T., & Lero, C. (2009). Imprisonment and reoffending. *Crime and Justice*, 38, 115–200.
- Novais, F. A. G., Ferreira, J. A., & Santos, E. R. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *PSYCHOLOGICA*, II(52), 209–242.
- Silva, J. R. S. (2013). *A influência da experiência de reclusão na formação das perspectivas de (re)integração social de mulheres em cumprimento de pena*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Porto: Universidade do Porto.
- Silva, S. T., & Gonçalves, R. A. (1999). Sobrelotação prisional e perturbações da adaptação. *Crimes: Práticas e Testemunhos*, 247-273.
- Stylianou, S. (2003). Measuring crime seriousness perceptions: What have we learned and what else do we want to know. *Journal of Criminal Justice*, 31, 37–56.
- Vieira, S., & Gonçalves, R. A. (2005). Atitudes face aos reclusos em guardas prisionais: Implicações para a formação do pessoal penitenciário. *Temas Penitenciários*, 3, 23–28.
- Visher, C. A., & O'Connell, D. J. (2012). Incarceration and inmates self-perceptions about returning home. *Journal of Criminal Justice*, 40(5), 386–393.  
doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.06.007



**Legislação**

Código Penal. (2015) (7ª ed.). Porto, Portugal: Porto Editora.

Código de Processo Penal. (2015) (7ª ed.). Porto, Portugal: Porto Editora.

Código de Execução de Penas. (2015) (7ª ed.). Porto, Portugal: Porto Editora.

## Anexos

### Anexo A. Consentimento Informado (Guardas)



#### Consentimento Informado

Investigadores: Daniela Valente e Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

##### Apresentação do estudo:

Este estudo decorre no seguimento da elaboração de uma tese de mestrado titulada de “Problemas das Prisões Portuguesas: Visão dos Reclusos e Guardas Prisionais”, orientada pelo Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, sob a filiação da Escola de Psicologia da Universidade do Minho.

##### Procedimento específico:

Para efeitos de participação neste estudo o recluso/ guarda prisional deverá proceder ao preenchimento do instrumento, devendo responder da forma mais verdadeira e espontânea possível.

> É de máxima importância que preencha o instrumento tendo em conta a sua perceção/perspetiva pessoal acerca dos itens. Não deve, por isso, trocar opiniões/impressões com os colegas, acerca das suas respostas.

O preenchimento do instrumento tem uma duração prevista de 20 minutos.

##### Confidencialidade e anonimato:

Toda a informação e dados recolhidos serão mantidos em completa confidencialidade e anonimato, não sendo associados a qualquer informação pessoal.

Após assinar este consentimento e responder ao instrumento, deve colocar todos os papéis no envelope fornecido e fechá-lo. Este seguirá assim até à investigadora.

##### Natureza voluntária da sua participação:

A sua participação neste estudo é voluntária. Se concordar em participar poderá, a qualquer momento desistir de fornecer dados, sendo que para esse efeito, deverá comunicá-lo ao investigador responsável, e todos os dados fornecidos serão inutilizados. Em caso de dúvidas poderá contactar o seguinte mail: [pg30706@alunos.uminho.pt](mailto:pg30706@alunos.uminho.pt) (Investigadora Daniela Valente).

-----

**Tive oportunidade de ler a ficha de consentimento informado e de colocar as questões que achei pertinentes.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do investigador

## **Anexo B. Consentimento Informado (Reclusos)**



### **Consentimento Informado**

Investigadores: Daniela Valente e Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

#### Apresentação do estudo:

Este estudo decorre no seguimento da elaboração de uma tese de mestrado titulada de “Problemas das Prisões Portuguesas: Visão dos Reclusos e Guardas Prisionais”, orientada pelo Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, sob a filiação da Escola de Psicologia da Universidade do Minho.

#### Procedimento específico:

Para efeitos de participação neste estudo o recluso/ guarda prisional deverá proceder ao preenchimento do instrumento, devendo responder da forma mais verdadeira e espontânea possível.

O preenchimento do instrumento tem uma duração prevista de 20 minutos.

#### Confidencialidade:

Toda a informação e dados recolhidos serão mantidos em completa confidencialidade e anonimato, não sendo associados a qualquer informação pessoal.

#### Natureza voluntária da sua participação:

A sua participação neste estudo é voluntária. Se concordar em participar poderá a qualquer momento desistir de fornecer dados, sendo que para esse efeito, deverá comunicá-lo ao investigador presente, e todos os dados fornecidos serão inutilizados.

-----

**Tive oportunidade de ler a ficha de consentimento informado e de colocar as questões que achei pertinentes.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do investigador

### **Anexo C. Escala de Perceções Sobre as Prisões (Guardas Prisionais)**

Idade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Feminino: ☐ Masculino: ☐

Em quantas prisões já trabalhou (a contar com a atual)? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo trabalha como guarda prisional? \_\_\_\_anos e \_\_\_\_meses

---

<p>Estado Civil: Solteiro <input type="checkbox"/></p> <p>Num relacionamento <input type="checkbox"/></p> <p>Casado/união de facto <input type="checkbox"/></p> <p>Divorciado <input type="checkbox"/></p> <p>Viúvo <input type="checkbox"/></p>	<p>Habilitações Literárias: 1º ciclo (1º ao 4º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>2º ciclo (5º ao 6º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>3º ciclo (7º ao 9º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>Secundário (10º ao 12º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>Ensino superior <input type="checkbox"/></p>
--	--

## EPSP (Guardas)

**Instruções:** É de máxima importância que preencha esta escala tendo em conta a sua percepção/perspetiva pessoal acerca dos itens. Não deve, por isso, trocar opiniões/impressões com os colegas, acerca das suas respostas.

Para responder às seguintes questões deve assinalar com uma cruz a resposta que lhe parece ser mais adequada, numa escala de 1 a 3. Sempre que se enganar deve rasurar a cruz que havia feito e assinalar a sua nova resposta com uma nova cruz. Deve responder tendo **APENAS EM CONTA AS SUAS VIVÊNCIAS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM QUE SE ENCONTRA**, de forma verdadeira e o mais espontânea possível.

**Escala -**

<b>1:</b> Não/ Nunca	<b>2:</b> Às vezes	<b>3:</b> Sim/Muitas vezes
<b>N:</b> Não sei		

	1	2	3	N
1.O espaço das celas é reduzido para o número de reclusos que abriga.				
2.Os reclusos, depois da prisão, sabem mais sobre os crimes e os criminosos, do que quando entram.				
3.Os guardas estão preparados para atuar em situações de conflito.				
4.Os guardas têm ao seu dispor os recursos e materiais necessários à sua prática.				
5.As atividades que existem preparam os reclusos para um dia voltar à sociedade.				
6.As celas são confortáveis.				
7.A roupa (roupa do EP e a que veste) para os reclusos é suficiente.				
8. A comida é satisfatória para os reclusos.				

9. Os reclusos podem frequentar programas (alguns exemplos de programas são o “Programa da Estrada Segura” e “Programa de Justiça Restaurativa”).				
10. Existem casos de reclusos vítimas de agressões psicológicas.				
11. O mobiliário é suficiente.				
12. Os reclusos têm os produtos necessários para a sua higiene pessoal.				
13. Os reclusos são devidamente acompanhados pelos serviços clínicos.				
14. São atendidos casos de intolerância alimentar e dietas.				
15. O trabalho dos reclusos é pago.				
16. O recluso pode receber visitas.				
17. O EP tem os meios e recursos de segurança/controlo necessários.				
18. Os reclusos são informados dos seus direitos e deveres no EP (por escrito).				
19. Existem reclusos jovens (menores de 18 anos) misturados com adultos.				
20. Aqui os reclusos aprendem habilidades para cometer o crime.				
21. Os guardas recebem a formação necessária.				
22. Aqui os reclusos têm de ser outra pessoa para “sobreviver à prisão”.				
23. Existem espaços adequados para a higiene pessoal.				
24. A roupa (roupa do EP e a que veste) que os reclusos usam está em boas condições.				
25. Os reclusos podem estudar.				
26. Existem casos de reclusos vítimas de abuso sexual.				
27. Os reclusos têm acesso a água com temperatura adequada.				
28. Existem espaços suficientes para as rotinas de higiene dos reclusos.				
29. Os reclusos são devidamente acompanhados no seu processo jurídico-penal.				
30. Existem casos de reclusos vítimas de discriminação.				
31. Os reclusos têm acesso a atividades socioculturais no EP (por exemplo, recreio, ginásio, zonas de convívio...).				
32. Existem formas de comércio ilegais no EP.				
33. O espaço para receber as visitas é adequado.				
34. As várias estruturas do EP comunicam bem entre si (por exemplo, os serviços de reeducação comunicam com os de reinserção social).				
35. Os direitos e deveres dos reclusos são levados a cabo.				
36. A comida é suficiente para os reclusos.				
37. Circulam objetos/produtos (por exemplo, telemóveis, armas, drogas, álcool...) não permitidos dentro do EP.				
38. Existe privacidade nos sanitários.				
39. Existem casos de reclusos vítimas de agressões físicas.				
40. Existem espaços em boas condições para as minhas rotinas de higiene.				
41. Existem os meios necessários e adequados para comunicar com exterior (os reclusos podem ligar e/ou trocar correspondência com pessoas autorizadas que estão no exterior).				
42. O mobiliário está em boas condições.				

43.Os guardas recebem os apoios necessários à sua prática profissional.				
44.Os reclusos podem fazer reclamações/sugestões, livres de censura/represálias.				
45.Os reclusos podem frequentar formações.				
46.Os reclusos podem trabalhar no EP.				
47.Os reclusos são devidamente acompanhados pelos técnicos de reeducação.				
48.Os reclusos são “forçados” a envolver-se em atividades ilícitas.				
49.Os reclusos têm acesso a lugares de culto ajustados à sua religião e ideologia espiritual.				
50.Os reclusos têm receio de serem envolvidos em processos disciplinares por causa de comportamentos ilícitos dos colegas.				
51.Os reclusos tornam-se mais violentos, depois de serem presos.				
52.Sinto-me seguro na prisão.				
53. Os reclusos aqui aprendem como manipular melhor uma pessoa.				

### Estabelecimentos Prisionais Com Mulheres Alojadas

**Instruções:** Para responder às seguintes questões deve assinalar com uma cruz a resposta que lhe parece ser mais adequada, numa escala de 1 a 3. Sempre que se enganar deve rasurar a cruz que havia feito e assinalar a sua nova resposta com uma nova cruz. Deve responder tendo **APENAS EM CONTA AS SUAS VIVÊNCIAS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM QUE SE ENCONTRA**, de forma verdadeira e o mais espontânea possível, e atendendo aos casos de **MULHERES GRÁVIDAS OU COM FILHOS(AS) NO EP**.

**Escala -**    **1:** Não/ Nunca                      **2:** Às vezes                      **3:** Sim/Muitas vezes                      **N:** Não sei

	1	2	3	N
54.As condições de alojamento são adequadas para estas situações.				
55. As reclusas têm acesso aos objetos/produtos necessários para estas situações (por exemplo, fraldas, biberões).				
56. As reclusas têm acesso a objetos/produtos em boas condições para estas situações.				
57. As reclusas têm o acompanhamento clínico necessário para estas situações.				
58.Os(as) filhos(as) têm o acompanhamento clínico necessário.				
59.Os(as) filhos(as) têm acesso a atividades importantes para o seu desenvolvimento.				

No caso de existir alguma problemática que considere pertinente apontar e que não tenha sido referida ao longo do instrumento, deverá fazê-lo no espaço abaixo. Por favor, diga qual o

problema e a frequência em que o mesmo ocorre, usando uma escala de 1 a 3 (sendo, 1- pouco frequente; 2 – frequente; 3 – muito frequente):

<b>Problema</b>	<b>Frequência</b>

**Obrigada Pela Sua Participação!**

## Anexo D. Escala de Perceções Sobre as Prisões (Reclusos)

Idade: _____		Nacionalidade: _____		Feminino: <input type="checkbox"/> Masculino: <input type="checkbox"/>	
Estado Civil: Solteiro <input type="checkbox"/>			Habilitações Literárias: 1º ciclo (1º ao 4º ano) <input type="checkbox"/>		
Num relacionamento <input type="checkbox"/>			2º ciclo (5º ao 6º ano) <input type="checkbox"/>		
Casado/união de facto <input type="checkbox"/>			3º ciclo (7º ao 9º ano) <input type="checkbox"/>		
Divorciado <input type="checkbox"/>			Secundário (10º ao 12º ano) <input type="checkbox"/>		
Viúvo <input type="checkbox"/>			Ensino superior <input type="checkbox"/>		

### Situação jurídico-penal

Preventivo: ☐ Condenado: ☐

Em quantas prisões diferentes já esteve (a contar com a atual)? \_\_\_\_\_

Quanto tempo já esteve preso até hoje (no somar de todas as prisões em que esteve)?

\_\_\_\_anos e \_\_\_\_meses

No caso de estar condenado, quanto tempo lhe falta para o fim da pena? \_\_\_\_anos e \_\_\_\_meses

1

## EPSP (Reclusos)

**Instruções:** Para responder às seguintes questões deve assinalar com uma cruz a resposta que lhe parece ser mais adequada, numa escala de 1 a 3. Sempre que se enganar deve rasurar a cruz que havia feito e assinalar a sua nova resposta com uma nova cruz. Deve responder tendo **APENAS EM CONTA AS SUAS VIVÊNCIAS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL EM QUE SE ENCONTRA**, de forma verdadeira e o mais espontânea possível.

**Escala -**

<b>1:</b> Não/ Nunca	<b>2:</b> Às vezes	<b>3:</b> Sim/Muitas vezes
<b>N:</b> Não sei		

	1	2	3	N
1.O espaço das celas é reduzido para o número de reclusos que lá estão.				
2.Sinto que agora sei mais sobre os crimes e os criminosos, do que quando entrei.				
3.Os guardas estão preparados para atuar em situações de conflito.				
4.Os guardas têm ao seu dispor os recursos e materiais necessários à sua prática.				
5.As atividades que existem preparam-me para um dia voltar à sociedade.				
6.As celas são confortáveis.				
7.A roupa que uso (roupa do EP e a que veste) é suficiente.				
8.A comida é satisfatória.				



9.Posso frequentar programas (alguns exemplos de programas são o “Programa da Estrada Segura” e “Programa de Justiça Restaurativa”).				
10.Existem casos de reclusos vítimas de agressões psicológicas.				
11.O mobiliário é suficiente.				
12.Tenho os produtos necessários para a minha higiene pessoal.				
13.Sou devidamente acompanhado pelos serviços clínicos.				
14.São atendidos casos de intolerância alimentar e dietas.				
15.O trabalho é pago.				
16.Posso receber visitas.				
17.O EP tem os meios e recursos de segurança/controlo necessários.				
18.Fui informado dos meus direitos e deveres no EP (por escrito).				
19. Existem reclusos jovens (menores de 18 anos) misturados com adultos.				
20.Aqui aprendi habilidades para cometer o crime.				
21.Os guardas recebem a formação necessária.				
22.Aqui tenho de ser outra pessoa para “sobreviver à prisão”.				
23.Existem espaços adequados para a higiene pessoal.				
24.A roupa que uso (roupa do EP e a que veste) está em boas condições.				
25.Posso estudar.				
26.Existem casos de reclusos vítimas de abuso sexual.				
27.Tenho acesso a água com temperatura adequada.				
28.Existem espaços suficientes para as minhas rotinas de higiene.				
29.Sou devidamente acompanhado no meu processo jurídico-penal.				
30.Existem casos de reclusos vítimas de discriminação.				
31.Tenho acesso a atividades socioculturais no EP (por exemplo, recreio, ginásio, zonas de convívio...)				
32.Existem formas de comércio ilegais no EP.				
33.O espaço para receber as visitas é adequado.				
34.As várias estruturas do EP comunicam bem entre si (por exemplo, os serviços de reeducação comunicam com os de reinserção social).				
35.Os meus direitos e deveres são levados a cabo.				
36.A comida é suficiente.				
37.Circulam objetos/produtos (por exemplo, telemóveis, armas, drogas, álcool...) não permitidos dentro do EP.				
38.Tenho privacidade nos sanitários.				
39.Existem casos de reclusos vítimas de agressões físicas.				
40.Existem espaços em boas condições para as minhas rotinas de higiene.				
41.Existem os meios necessários e adequados para comunicar com exterior (posso ligar e/ou trocar correspondência com pessoas autorizadas que estão no exterior).				
42.O mobiliário está em boas condições.				
43.Os guardas recebem os apoios necessários à sua prática.				
44.Posso fazer reclamações/sugestões, livre de censura/represálias.				
45.Posso frequentar formações.				
46.Posso trabalhar no EP.				
47.Sou devidamente acompanhado pelos técnicos de reeducação.				
48.Sinto-me “forçado” a envolver-me em atividades ilícitas.				

49.Tenho acesso a lugares de culto ajustados à minha religião e ideologia espiritual.				
50.Já tive receio de ser envolvido num processo disciplinar por causa de comportamentos ilícitos dos meus colegas.				
51.Tornei-me mais violento, depois de ser preso.				
52.Sinto-me seguro na prisão.				
53.Aprendi como manipular melhor uma pessoa.				

---

**Mulheres e crianças (a responder apenas por reclusos do sexo feminino que estejam grávidas ou com um filho ao seu encargo)**

**Estou grávida:** Sim ☐ Não ☐

**Caso tenha respondido que sim, quanto tempo de gestação tem?** \_\_\_\_\_

**Tenho ao meu cuidado uma criança:** Sim ☐ Não ☐

**Caso tenha respondido que sim, que idade tem a criança?** \_\_\_\_\_

	1	2	3	N
54.As condições de alojamento são adequadas à minha situação.				
55.Tenho acesso aos objetos/produtos necessários à minha situação (por exemplo, fraldas, biberões).				
56.Tenho acesso a objetos/produtos em boas condições, para a minha situação.				
57.Tenho o acompanhamento clínico necessário para a minha situação.				
58.O meu filho(a) tem o acompanhamento clínico necessário.				
59.O meu filho(a) tem acesso a atividades importantes para o seu desenvolvimento.				

—

No caso de existir alguma problemática que considere pertinente apontar e que não tenha sido referida ao longo do instrumento, deverá fazê-lo no espaço abaixo. Por favor, diga qual o problema e a frequência em que o mesmo ocorre, usando uma escala de 1 a 3 (sendo, 1-pouco frequente; 2 – frequente; 3 – muito frequente):

Problema	Frequência

**Obrigada Pela Sua Participação!**